

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/ Agência Brasil



Para Sóstenes, conversas não são “republicanas”

Sóstenes: “STF não é Legislativo”

É uma intenção clara e que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), não esconde: ele está tentando uma solução negociada para o projeto de anistia aos presos de 8 de janeiro de 2023. E, na busca dessa solução negociada, Motta vem conversando com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Ao participar, na noite de quarta-feira (23), do pro-

grama Direto de Brasília, do jornalista Magno Martins e do Diário de Pernambuco, o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), criticou duramente essas conversas de Motta com o STF. A reação foi consequência de uma pergunta pedida por Magno a este Correio Político. “Acho estranho jornalista achar normal o STF estar conversando com o Congresso”, reagiu Sóstenes.

Republicano

“O STF não é Legislativo”, continuou. “Não é republicano o STF falar com o Congresso sobre um projeto de lei”. Bem, quando a Constituição, em seu artigo 2o, estabelece que os poderes são “independentes e harmônicos” pressupõe que eles conversem.

Conexões

No caso, há conexões. A proposta de anistia visa rever decisões que foram tomadas pelo Judiciário. E há alguma discussão quanto à constitucionalidade do projeto. As conversas, assim, seriam para evitar os desgastes de um atrito maior entre os poderes da República.

Antonio Augusto/STF



Sóstenes critica as decisões tomadas pelo STF

Não virá do PL alternativa à anistia

De qualquer modo, o que disse Sóstenes no programa comandado por Magno Martins mostra que não virá do PL qualquer disposição de alternativa à anistia. Que ela seja “ampla, geral e irrestrita”, como já declarou o ex-presidente Jair Bolsonaro tomando emprestado o slogan da anistia de 1979. “Para o Parlamento,

só nos resta como alternativa votar a anistia”, declarou Sóstenes. “Se o STF concluir que errou e reduzir as penas dos condenados, isso fará muito bem ao STF”. Para Sóstenes, o Supremo teria enquadrado os manifestantes do 8 de janeiro em crimes cuja imputação seria “absurda”, como o de associação criminosa.

Associação

Para Sóstenes, não caberia enquadrar em associação criminosa. “Pegar uma senhora e dizer que era parte de uma quadrilha?”, questionou. Também critica o enquadramento contra o Estado de Direito. “Alguém ser condenado por um crime que não aconteceu?”, critica.

Alternativas

De qualquer modo, não tendo o apoio do PL, as alternativas à anistia vão sendo construídas. O deputado Fausto Pinatto (PP-SP) apresentou um projeto que estabelece graduações para reduzir penas, mas deixando de fora os comandantes e financiadores.

Tentativa

Na verdade, a Lei 14.197, sancionada em 2021 pelo ex-presidente Jair Bolsonaro enquadra como crime “tentar” abolir o Estado Democrático de Direito ou “tentar” depor o governo legitimamente constituído. As tentativas de golpe, assim, não precisam ser consumadas.

Centrão

Um aspecto importante é o fato de Pinatto ser do PP, ou seja, de um partido do Centrão. O projeto alternativo pode ser, então, um indicativo de que os acordos de Motta, enquanto adia votar o projeto de anistia, começam a surtir efeito justamente sobre o grupo político.

Motta adia novamente urgência da anistia ao 8/01

Em retaliação, PL anuncia nova obstrução na Casa

Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), adiou novamente a urgência do projeto que concede anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro. A informação foi comunicada após a reunião de líderes da Casa, nesta quinta-feira (24), e desagradou os parlamentares da oposição, favoráveis à anistia. Ainda não há previsão para o tema ser pautado, mas pode voltar a ser discutido na próxima quarta-feira (30), na reunião de líderes.

Em entrevistas à imprensa logo após a reunião, Motta disse que, segundo a maioria dos líderes da Câmara, que segundo ele representam mais de 400 parlamentares, “o tema não deveria entrar em pauta na próxima semana”.

“Isso não quer dizer que nós não seguiremos dialogando para a busca de uma solução sobre o tema. Nós seguiremos conversando, principalmente com os partidos que estão defendendo a pauta, para que a Casa possa encontrar uma saída”, afirmou o presidente da Câmara.

“Desrespeito”

O novo adiamento foi duramente criticado pelos parlamentares da oposição. O líder da Oposição na Câmara, deputado Luciano Zucco (PL-RS), classificou o caso como um “desrespeito com a Câmara” dos Deputados. “No momento em que se tem 264 assinaturas, caracterizando a maioria, e se



Motta tenta solução alternativa para a anistia

muda a estratégia imputando aos líderes essa responsabilidade, nota-se que forças adversas atuaram e, mais uma vez, vamos empurrar para frente uma pauta necessária”, criticou o parlamentar.

Nas últimas semanas, Motta vem sendo pressionado para pautar o projeto que concede anistia aos envolvidos em 8 de janeiro, especialmente após a bancada do PL na Câmara conseguir 264 assinaturas para protocolar a urgência do projeto (são necessárias, no mínimo, 257 nomes). Ele optou por não dar prosseguimento à votação após receber o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), assim como outros parlamentares da base governista, em um jantar em sua casa na noite desta quarta-feira (23). Na noite des-

ta quinta, Hugo Motta embarcou com o presidente Lula para acompanhar o funeral do papa Francisco, em Roma.

Obstrução

Com futuro da urgência do PL da Anistia ainda incerto, a bancada do Partido Liberal na Câmara dos Deputados voltou a anunciar, também nesta quinta-feira, a obstrução nos trabalhos da Casa. De acordo com Zucco, a bancada somente dará um fim à obstrução quando a data da anistia estiver marcada.

As únicas exceções serão a votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para a cassação do deputado Glauber Braga (Psol-RJ) – que seria julgado nesta quinta, mas foi adiado após um pedido de vista. Além deste, outra exceção será

a votação para sustar a ação penal contra o deputado Alexandre Ragem (PL-RJ) – réu por tentativa de golpe de Estado, segundo a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF).

Dosimetria

O deputado federal Fausto Pinato (PP-SP) encaminhou ao Congresso um projeto alternativo, que concede uma anistia proporcional aos presos envolvidos em 8 de janeiro, mas não abrange a anistia aos “organizadores, financiadores ou líderes dos atos que culminaram em violência ou depredação”. O PL 1815/2025 anistia integralmente indivíduos que participaram das manifestações sem envolvimento em atos de violência ou depredação.

Lula dá posse rápida a novo ministro das Comunicações

Ricardo Stuckert/PR

Por Gabriela Gallo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nomeou o presidente da Telebrás, Frederico de Siqueira Filho, como o novo ministro de Comunicações. A cerimônia ocorreu nesta quinta-feira (24), no Palácio do Planalto, dois dias após o líder da bancada do União Brasil na Câmara dos Deputados, Pedro Lucas Fernandes (MA), recusar o convite. Frederico assume a pasta no lugar de Juscelino Filho, também do União Brasil, que pediu demissão do cargo após ser denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao Supremo Tribunal Federal (STF) por corrupção e desvio de verbas de emendas orçamentárias.

O novo ministro foi indicado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), o ex-ministro Juscelino Filho e o próprio Pedro Lucas, em reunião realizada na tarde da quarta-feira (23) no Palácio do Planalto. A ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, também estava presente na reunião.

Técnico

Frederico de Siqueira Filho foi indicado por seu perfil mais técnico e menos político. Presidente da Telebrás desde maio de 2023, o engenheiro atua há 22 anos no setor de telecomunicações, dos quais 21 anos dedicados à empresa Oi. Em sua trajetória profissional, ele exerceu cargos de liderança nas áreas de operações, planeja-



Lula tratou de dar logo posse a Siqueira Filho

mento, institucional regulatório e comercial.

Após ser empossado, o ministro divulgou uma nota à imprensa agradecendo a oportunidade e a confiança do seu partido e do presidente da República para assumir o cargo, reiterando que usará de sua experiência na iniciativa privada em seu novo cargo público.

“Minha trajetória no setor de telecomunicações, tanto no setor público quanto na iniciativa privada, reforça meu compromisso com uma atuação técnica, responsável e orientada por resultados. Ao lado do Ministério das Comunicações, com quem a Telebrás sempre manteve uma parceria sólida, tive a oportunidade de trabalhar em projetos que impacta-

ram positivamente milhões de vidas. Agora, no comando da pasta, assumo a responsabilidade de ampliar ainda mais esse alcance”, disse Frederico Filho, por meio de nota.

“Chego com o compromisso de manter e ampliar os projetos que já vêm sendo desenvolvidos: levar conectividade às escolas públicas, ampliar o acesso ao 5G, conectar comunidades na Amazônia, dar celeridade à concessão de rádios e canais de televisão em todo o território nacional e implantar a TV 3.0”, afirmou o novo ministro.

“Esses são compromissos que transformam a vida das pessoas, reduzem desigualdades e promovem cidadania”, completou.

Impasse

A recusa do líder do União Brasil para assumir o ministério levou a um desgaste entre o governo federal e o partido. Após ter seu nome divulgado pela própria ministra de Relações Institucionais, Pedro Lucas divulgou uma nota na noite de terça-feira (22) alegando que para ele era mais vantajoso e ele seria capaz de “contribuir mais com o país e com o próprio governo” como líder do partido na Câmara dos Deputados.

A medida evidenciou uma fragilidade do governo. Algumas alas mais radicais queriam que o poder Executivo retaliasse o União Brasil e retirasse o partido do governo, o que ampliaria a retaliação para o Ministério do Turismo, atualmente comandado por Celso Sabino (União Brasil). Porém, o presidente Lula precisa do apoio do partido, que é a terceira maior bancada na Câmara, para aprovar projetos de interesse do governo no Congresso Nacional para aprovar pautas econômicas (como a regulamentação da reforma tributária e arcabouço fiscal). Mas principalmente, Lula precisa do apoio de Davi Alcolumbre no comando do Senado.

Nos bastidores, o União Brasil manifestou que não pretende abrir mão do Ministério do Turismo. Contudo, a sigla está fragmentada, na qual metade tem interesse em estar ligado ao governo federal e a outra metade defende uma desvinculação do poder Executivo para apoiar candidatura própria.